



A FOTOGRAFIA NO DEBATE SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NAS ESCOLAS: O PROJETO DE EXTENSÃO “LUZ NEGRA”

Rostand de Albuquerque Melo¹

Joyce de Sousa Lima²

Ana Júlia Moraes Soares³

Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a fotografia pode ser adotada como ferramenta pedagógica, apresentamos, neste artigo, o relato de experiência do Projeto de Extensão “Luz Negra”, desenvolvido na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O projeto promoveu, no decorrer de 2018, oficinas de fotografia em duas escolas da Rede Pública de Campina Grande-PB, em que se discutiu sobre a cultura afro-brasileira por meio da linguagem fotográfica. O objetivo é de contribuir para efetivar a legislação que determina a inclusão da cultura afro-brasileira no currículo escolar. O projeto fundamenta-se nas ferramentas metodológicas da Educomunicação e na fotografia como um elemento de representação social da realidade. Os resultados apontaram que a fotografia contribui para que os discentes percebam o processo de construção de suas identidades sociais, para melhorar sua autoestima, a partir da valorização da estética negra, e para fomentar o debate em sala de aula.

Palavras-chave: Fotografia. Cultura afro-brasileira. Educomunicação.

1 INTRODUÇÃO

Iniciado em 2018, o Projeto de Extensão “Luz Negra” promoveu oficinas de fotografia em duas escolas da Rede Municipal de Campina Grande, na perspectiva de utilizar a linguagem fotográfica como ferramenta lúdico-pedagógica para fomentar o

¹ Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual da Paraíba (DECOM/UEPB) e coordenador do Projeto de Extensão “Luz Negra: oficinas de fotografia sobre a cultura afro-brasileira na Rede Pública de Educação”. E-mail: rostandmelo@gmail.com

² Discente do Curso de Jornalismo da UEPB e bolsista do Projeto de Extensão “Luz Negra: oficinas de fotografia sobre a cultura afro-brasileira na Rede Pública de Educação”. E-mail: joycesolsa@gmail.com

³ Discente do Curso de Jornalismo da UEPB e participante do Projeto de Extensão “Luz Negra: oficinas de fotografia sobre a cultura afro-brasileira na Rede Pública de Educação”. E-mail: anajuliamoraiss@gmail.com



debate sobre as relações étnico-raciais em turmas do Ensino Fundamental 2 (do 5º ao 9º ano). Partindo dos resultados preliminares obtidos nessa primeira experiência, apresentamos a proposta de renovação do projeto, que vem circulando em outras escolas públicas da cidade onde está inserido o campus sede da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A renovação visa, ainda, consolidar e aperfeiçoar a metodologia construída coletivamente pela equipe, no decorrer das oficinas, e difundir a experiências em eventos acadêmicos de pesquisa e extensão.

A meta consiste em contribuir para se preencher uma lacuna que ainda existe sobre o cumprimento do que preveem as Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam a inclusão do ensino das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, numa perspectiva interdisciplinar. Ao identificar na comunidade escolar a existência de uma demanda específica, propusemo-nos a contribuir com atividades extensionistas que integrem os alunos de graduação do Curso de Jornalismo da UEPB, professores, gestores, servidores e estudantes da Rede Pública Municipal, com o fim de fortalecer a formação ético-humanística dos graduandos participantes e de construir vínculos entre a comunidade universitária e o contexto social de seu entorno.

Em 2018, o projeto “Luz Negra” ofereceu oficinas de fotografia⁴ na Escola Municipal Manoel da Costa Cirne, localizada no Bairro do Pedregal, e na Escola Tiradentes, no Bairro de Santa Rosa.

2 A RELEVÂNCIA DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Os dados estatísticos demonstraram que a população negra representa, de acordo com o censo 2010, 53,6% da população brasileira. No estado da Paraíba, ainda segundo o censo de 2010, 53% da população se declarou como parda, 5%, como afrodescendente, 40%, como branca, e apenas 0,001%, como indígena. Mesmo sendo maioria, o povo negro continua sendo tratado como “minoridade” devido aos estigmas e aos preconceitos reproduzidos ao longo dos séculos no Brasil e em outros países do mundo. A migração forçada do povo africano para as Américas promoveu, ao mesmo tempo, um contexto de

⁴ Participaram da aplicação das oficinas os seguintes graduandos do Curso de Jornalismo da UEPB: Ana Cláudia dos Santos Araújo, Ana Júlia Moraes Soares, Joyce de Sousa Lima (bolsista), Myrlla Raffene dos Anjos, Nicolay Silva e Renan Lutiane Silva Fernandes.



violência e de segregação representada em seu caso extremo pela escravidão. Mas, apesar da abolição, vários direitos ainda são negados cotidianamente à população afrodescendente, que, em muitas circunstâncias, ainda é impedida de exercer uma liberdade plena.

O preconceito está presente em vários contextos sociais, seja no mercado de trabalho, no acesso a direitos sociais ou nos conflitos que, em muitos casos, permeiam as relações entre crianças e adolescentes no ambiente escolar. O *bullying* e a reprodução de estigmas sobre a textura dos cabelos ou a cor da pele, apenas para citar alguns exemplos, ainda são dilemas comuns enfrentados pela juventude negra. Tal cenário apresenta uma demanda pela inclusão de práticas pedagógicas que coloquem o tema em debate na comunidade escolar, integrando alunos, familiares, professores, gestores escolares, funcionários da escola e a comunidade no entorno.

Consideramos que o problema pode ser ainda mais delicado quando se trata de estudantes que estão na pré-adolescência, fase de construção da própria identidade. É justamente aos que estão nessa fase, representada pela faixa etária dos alunos nos anos finais do ensino fundamental, que este projeto de extensão pretende atender por meio do uso da fotografia direcionada à temática ‘cultura afro-brasileira’.

Acreditamos que, no Brasil, o contexto histórico de segregação da população negra, por si só, já seria suficiente para evidenciar a necessidade de pautar o tema na escola. Entretanto, essa necessidade se materializou oficialmente com a aprovação de duas leis federais que tornam obrigatória a inclusão da cultura afro-brasileira e da indígena nos currículos escolas de todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

A Lei Federal nº 10.639 entrou em vigor em 9 de janeiro de 2003 e alterou a Lei nº 9.394/1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) para incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade do tema ‘História e Cultura Afro-brasileira’. O texto da lei específica:

O conteúdo programático a que se refere o caput desse artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003).



Mais adiante, a legislação prevê que os temas obrigatórios não estarão vinculados a uma disciplina específica, ao determinar que “[...] os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003).

Cinco anos depois, em 10 de março de 2008, entrou em vigor a Lei Federal nº 11.645, que incluiu a história e a cultura do povo indígena no currículo oficial de ensino e manteve a mesma estrutura prevista para incluir os temas relativos ao povo negro.

3 REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA REALIDADE NO DISCURSO FOTOGRÁFICO

Partimos do pressuposto de que a fotografia é um modo de representar socialmente a realidade, assim como o jornalismo e outros tipos de linguagem midiática. Assim, a imagem fotográfica é capaz de expressar a subjetividade dos sujeitos que a produzem, difundir visões de mundo (como estigmas e estereótipos) ou gerar reflexão crítica sobre os contextos que representa. Entretanto, essa percepção da fotografia nem sempre foi consensual.

Assim como ocorreu com o Jornalismo e a chamada “Teoria do espelho”, que considerava as notícias como uma mera determinação da realidade “tal que ela é”, a fotografia também já foi percebida por teóricos e fotógrafos como um registro fiel da “realidade”, como uma reprodução objetiva e mecânica dos fatos. Esse tipo de abordagem sobre a fotografia está representado no conjunto de ideais que podemos classificar como “teorias do dispositivo”, conforme aponta Santos (2009). Enfatiza-se a potencialidade do dispositivo técnico da câmera fotográfica em registrar mecanicamente o que está diante de suas lentes, de modo objetivo, como uma espécie de prova material da existência física do objeto retratado. Assim, a subjetividade do ato de fotografar fica em segundo plano. Nessa linha de pensamento, encontram-se alguns dos clássicos da teoria fotográfica, como, por exemplo, Barthes (1998), Dubois (1993) e Schaeffer (1996). Na obra, ‘A Câmara Clara’, Roland Barthes (2017) defende uma espécie de “aderência” entre a fotografia e o objeto ou personagem que ela representa. O autor afirma que “[...] tal foto,



com efeito, jamais se distingue do seu referente (do que ela representa), ou pelo menos não se distingue dele de imediato ou para todo mundo” (BARTHES, 2017. p. 12). Esse tipo de abordagem contribuiu para cristalizar um modo específico de receber a fotografia, vista como prova da veracidade dos fatos retratados. Essa percepção também exerceu influência no campo da fotojornalismo, em que a imagem é usada com frequência como “prova testemunhal” dos fatos.

Por outro lado, entendemos que a fotografia não estabelece uma implicação direta entre a imagem e o fato em si, mas atua na perspectiva da analogia. “A fotografia funciona mediante a constituição e o reconhecimento de formas relacionais que permitem estabelecer proporções, correspondências e equivalências com aquelas oferecidas na percepção direta da realidade” (SANTOS, 2009. p. 118). Esses parâmetros para compreender o contexto apresentado pela fotografia são indicados por quem a produz. Enfatiza-se o ponto de vista do fotógrafo e relativiza-se a força do dispositivo. “A imagem fotográfica não simplesmente “se liga” a uma realidade externa, mas é construída internamente pela maneira como se configura o mundo visual na bidimensionalidade da sua superfície” (op. cit. p. 119).

Podemos afirmar que a fotografia não é apenas uma mera “réplica do real”, mas também um tipo de discurso (visual) construído intencionalmente por quem a produz por meio de uma série de convenções e valores que tornam possível sua compreensão por quem partilha dos mesmos parâmetros ou consegue entendê-los e identificá-los:

Ao assumir a existência de uma organização intencional dos componentes da imagem, o fotógrafo sai do papel passivo de mero acionador de um dispositivo para assumir posição ativa. Ela vai à realidade para descobrir nela o modo, a perspectiva ou o ponto de vista que julgue ser mais adequado para se reportar a ela. (SANTOS, 2009, p. 119)

A fotografia carrega, nessa perspectiva, as intencionalidades de quem a produz e é formatada a partir de aspectos subjetivos. Toda fotografia é construída por meio de um conjunto de escolhas que começam desde a iluminação até aspectos mais “estéticos”, como ângulos, regras de composição e elementos que integram ou não a cena. A organização dos elementos da cena, a depender do modo como é feita, pode despertar emoções, comover e, ao mesmo tempo, gerar reflexão.



Partindo dessa abordagem, consideramos que a fotografia pode ser aplicada em projetos de caráter educativo ou social, na medida em que possibilita o exercício da empatia, do colocar-se no lugar do outro, de perceber a realidade social da mesma posição e do ponto de vista do outro ou de, pelo menos, ter acesso ao ponto de vista adotado pelo outro para representar a realidade que está a sua volta. O ato de acionar o disparador da câmera não é um mero processo mecânico, mas um processo ativo de construção intencional e consciente de um discurso visual sobre o que se propõe retratar.

A noção de que a fotografia é um processo de “construção de realidades” também está presente na obra de Kossoy (2007, p. 53), que aponta, inclusive, para a possibilidade ficcional da fotografia ao mesmo tempo em que esse tipo de linguagem visual também atua como documento. Em ambos os casos, há um processo ativo de elaboração da realidade:

A criação e interpretação das imagens (a partir do real ou das fantasias individuais e coletivas que povoam nosso imaginário) inserem-se em processos de criação de realidades. A fotografia resulta sempre dessa construção, seja ela realizada enquanto expressão do autor (sem finalidades utilitárias), seja como registro fotojornalístico ou meio de criação publicitária, não importando se obtidas segundo tecnologias tradicionais ou digitais. Vemos diariamente como a publicidade e a mídia constroem “realidades” e “verdades”. (KOSSOY, 2007. p.63)

Ao discutir sobre a história da fotografia na América Latina, Kossoy enfatiza as relações da produção fotográfica com um contexto social e cultural repleto de desigualdades e de estigmas.

Era necessário enfatizar o papel que a fotografia teve enquanto testemunho ideologicamente construído com o objetivo de criar e difundir, a partir do século XIX, a imagem/conceito de uma América Latina ambígua que, sob o manto do exótico, era plena de preconceitos. Era necessário expor as raízes racistas dos conceitos que se cristalizaram sobre a América Latina. (KOSSOY, 2007. p.65)

Com base nessa reflexão, cabe questionar: qual o tipo de representação que é destinado ao povo negro na publicidade e no fotojornalismo? Partindo do pressuposto de que existe uma espécie de “silenciamento” dos personagens negros na mídia, bem como uma representação por vezes marcada por estereótipos e estigmas, percebemos que as fotografias produzidas e difundidas comercialmente (seja pela imprensa ou pela



publicidade) não são representações aleatórias tampouco representam “fielmente” um reflexo da realidade social tal qual ela é. Trata-se, também nesse caso, de uma produção fotográfica clivada de interesses e formatada a partir de enquadramentos ideológicos específicos, como demonstra Kossoy:

As imagens são concebidas e materializadas conforme as intenções de seus autores. Segundo um filtro cultural e uma determinada visão de mundo. Tal se percebe claramente ao longo da história da fotografia e da própria história da imprensa. O documento fotográfico, fragmentário por natureza, é o resultado final de elaboradas construções técnicas, estéticas e culturais desenvolvidas ao longo da produção da representação: daí se prestar a olhares e usos ideológicos determinados. Contudo, ao estudarmos as informações produzidas pela mídia, não apenas as imagens importam, como também a sua articulação com as demais formas de expressão. (KOSSOY, 2007. p.104)

Para encontrar alternativas para esse processo de difusão de imagens enviesadas sobre o povo negro e contribuir para combater as diversas formas de preconceito étnico-social, consideramos ser necessário abrir frentes em um processo de apropriação das linguagens midiáticas, principalmente nas mãos dos jovens em idade escolar e em processo de formação da personalidade, dos valores de mundo e da própria autoestima, seja como indivíduo seja como membro de uma coletividade de traços físicos e identitários comuns.

4 O CONTEXTO DA EDUCOMUNICAÇÃO

Nesse processo, consideramos importante acionar os pressupostos do campo de intervenção denominado de ‘Educomunicação’ com forma de inserir as linguagens midiáticas no ambiente escolar de modo ativo, como ferramenta de expressão e de empoderamento dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Soares (2014), um dos principais teóricos do campo da Educomunicação no Brasil, refere que esse campo de atuação vai além da interface entre os campos já consolidados da educação e da comunicação, porquanto cria um campo autônomo de atuação fundamentado em práticas e em modelos de intervenção específicos:

O conceito da Educomunicação pressupõe, contudo, a autonomia epistemológica de sua ação, uma vez que busca sua sustentação não exatamente nos parâmetros da Educação (em suas filosofias ou



didáticas) ou, mesmo, da Comunicação (em suas teorias e práticas), mas na interface entre ambas (o mundo que se revela no encontro dos dois campos tradicionais). No caso, a Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. (SOARES, 2014, p. 23)

O conceito de educomunicação, apesar de ser relativo novo enquanto campo definição sistematizada de um campo autônomo, carrega as experiências de práticas bem anteriores que já enfatizavam o potencial reflexivo e expressivo do uso de linguagens midiáticas em sala de aula, como, por exemplo, as práticas do pedagogo francês Célestin Freinet (1896-1966), com a adoção do jornal-escola já na primeira metade do Século XX e das atividades desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990 pelo radialista e educador argentino Mário Kaplún, cuja atuação foi direcionada à comunicação popular. De acordo com Freitas (2015), Kaplún foi um dos responsáveis por criar e difundir estratégias como o “método de leitura crítica” e o “método de cassete-foro”, este último definido por ele como um “[...] sistema de comunicação para a promoção comunitária e a educação de adultos, colocado a serviço de organizações populares – rurais e urbanas – centrais cooperativas, centros de educação popular, programas de educação à distância” (KAPLÚN, 1988, p. 9).

O projeto de extensão insere-se no contexto da Educomunicação ao adotar a linguagem fotográfica como vetor de estímulo à reflexão sobre os temas referentes à cultura afro-brasileira e estabelecer relações entre aspectos teóricos e históricos a respeito do tema e do cotidiano dos participantes presentes no processo de aprendizagem por meio das imagens que eles produzem no decorrer das dinâmicas vinculadas às oficinas.

5 RELATO DE EXPERIÊNCIA: AS OFICINAS DO PROJETO ‘LUZ NEGRA’

Iniciar um projeto educacional com um grupo de estudantes de Jornalismo certamente é um grande desafio, porque, nesse curso, aprendemos sobre como devemos comunicar e a forma certa de transmitir a informação de maneira que seja compreendida pelo público. Com o projeto, lidamos com a incerteza de conseguir passar tais informações, tendo em vista que não estávamos tratando de receptores ‘passivos’ que consumiriam tudo o que fosse falado sem interferência. Visando preencher as lacunas que



faltavam, houve uma semana de capacitação, e apesar de todas as dicas e dos relatos ouvidos, era a primeira vez que não estaríamos no papel de emitir um acontecimento, pois teríamos que passar um conteúdo pensando na maneira como isso poderia ser entendido e colocado em prática. Nas oficinas, tornamo-nos professores ao invés de “só” comunicadores. Nessa incursão pela sala de aula da rede pública de educação, fomos chamados afetivamente de “tios” e “tias” pelos alunos participantes.

De início, lidamos com a dúvida e a expectativa sobre como seria “dar aula”. O primeiro contato foi extremamente importante, porque não sabíamos se uma oficina de fotografia chamaria a atenção das crianças. Iniciamos o trabalho na Escola Municipal Manoel da Costa Cirne (Neco Cirne), localizada no Bairro do Pedregal. Antes do início das oficinas, houve o contato entre o coordenador do projeto e o diretor da escola, para saber sobre o dia, a hora e o espaço em que poderíamos realizar a oficina. Depois de tudo estabelecido, começamos na quinta-feira do dia 20 de setembro, às 14 horas. Apesar de todas as reuniões de planejamento e de acompanhamento, o primeiro dia foi improvisado, pois não dispusemos de uma sala, porque todas estavam ocupadas, e a supervisora do turno da tarde não havia sido avisada das demandas para a realização das atividades do projeto. Assim, os primeiros contatos foram feitos na biblioteca.

As crianças estavam entre a curiosidade e a negação de algo novo. Aplicamos um questionário, com o objetivo de obter um resultado percentual do processo evolutivo e notamos que eles demonstravam certa dificuldade de reconhecer o que é ser negro. Esse é um assunto que continua preso aos padrões da história do Brasil e uma passagem rápida sobre a África. Vimos que essa seria uma lacuna o projeto deveria preencher. Ainda nos primeiros contatos, conseguimos entender que era preciso desmistificar e quebrar alguns estereótipos que eram muito fortes, principalmente relacionados ao quesito beleza. A percepção da própria imagem era bastante negativa entre a turma formada de pré-adolescentes. Nenhum dos participantes classificou a si mesmo como “negro (a)” ao responder o questionário, embora houvesse crianças negras no grupo. Os cabelos das meninas estavam sempre presos e identificamos a ocorrência frequente de bullying no grupo, com parte das supostas “brincadeiras” relacionadas a aspectos como cor da pele e tipo de cabelo.



Dado início no Neco Cirne, a ideia era de começar paralelamente na Escola Municipal Tiradentes, localizada no Bairro da Santa Rosa, de maneira que fosse seguido o mesmo plano de aula nas duas escolas. Entretanto houve alguns percalços que adiaram o início para a quarta-feira 10, do mês de outubro. Assim como na Neco Cirne, no primeiro dia, houve alguns imprevistos e não tivemos uma sala específica. Inicialmente, ficamos na sala dos professores, onde aplicamos o questionário, entretanto foi notório o desconforto dos alunos para responderem ao lado dos professores. Depois do intervalo, deslocamo-nos para a biblioteca da escola e começamos de fato a aula lá. Ao contrário do que ocorreu na Escola Neco Cirne, não tivemos acesso aos equipamentos de data show na biblioteca na Escola Tiradentes, o que nos obrigou a modificar as estratégias adotadas. Tentamos introduzir, de maneira leve, os princípios básicos da fotografia e como iríamos trabalhar com ela durante as oficinas.

Um ponto a ser ressaltado é a diferença relevante entre as duas escolas em relação à faixa etária das turmas participantes, algo que acabou sendo estabelecido pelos próprios estudantes, que se dispuseram a participar da oficina. Na Escola Neco Cirne, os alunos tinham entre 11 e 13 anos, e na Escola Tiradentes, a faixa etária era de 14 a 15 anos. Embora essa fosse uma distância pequena, ela nos forçou a reestruturar os assuntos e a maneira de ensinar, já que os estudantes da Tiradentes apresentaram uma resistência à parte teórica de fotografia e ao conteúdo africano e ao afro-brasileiro. No início, foi difícil adaptar um único conteúdo para duas linguagens. Precisávamos fazer dois slides para cada conteúdo, duas propostas de dinâmica e deixar um “plano b” de reserva. O que era aplicado com as crianças do Neco Cirne não tinha a mesma eficácia na Tiradentes.

Apesar da necessidade de adaptar as estratégias didáticas, seguimos o roteiro temático estabelecido previamente, organizado em oito encontros com as turmas participantes. No primeiro encontro, fizemos dinâmicas de apresentação e identificamos o nível de conhecimento das turmas sobre fotografia e elementos da cultura afro-brasileira. Ainda no primeiro dia de oficina, promovemos um debate sobre a presença da fotografia no cotidiano dos participantes e solicitamos que cada um levasse, na semana seguinte, uma fotografia pessoal que tinha uma importância afetiva para eles. No segundo encontro, a partir das fotos trazidas pelos discentes, discutimos sobre o ato de fotografar e demonstramos que ele vai além dos aspectos técnicos, porquanto envolvem elementos



mais subjetivos, como a memória, os afetos, as relações sociais, com o processo de construção de identidade e pertencimento e com a autoestima, os hábitos de consumo e o estabelecimento de padrões estéticos de beleza. Surpreendemo-nos ao perceber que, no contexto de mais vulnerabilidade social, em que está inserida, por exemplo, a Escola Municipal Neco Cirne, há crianças que disseram que não tinham nenhuma foto impressa em suas casas nem porta-retratos, quadros ou álbuns de família. Aquilo que parece ser um produto banal e amplamente difundido, como a fotografia, ainda é visto como artigo de “luxo” em determinados contextos socioeconômicos. Houve o caso de uma estudante que só tinha fotos pessoais em arquivos de celular e mesmo assim, com baixa resolução e cuja participação na dinâmica só foi possível porque uma das integrantes do projeto se dispôs a imprimir uma foto enviada pela aluna por e-mail. Já o contexto da turma formada na Escola Tiradentes era distinto, tendo em vista que um dos participantes já detinha conhecimentos prévios de fotografia por ser parente de um fotógrafo profissional e devido ao contexto social dos participantes e sua faixa etária.

A partir do terceiro encontro, as dinâmicas passaram a mesclar quatro elementos: 1) apresentação de elementos da linguagem fotográfica; 2) atividades práticas para compreender o funcionamento da fotografia; 3) formação de repertório visual e 4) debate sobre a representação do povo negro na fotografia. Essa estrutura foi mantida do terceiro ao sétimo encontro, em ritmos distintos para cada turma. Nas etapas de apresentação da linguagem fotográfica e de realização de atividades práticas, abordamos temas como variáveis de exposição, registro de movimento na fotografia, controle de profundidade de campo e composição com atividades como *light painting*, *splash*, produção de fotografias no ambiente escolar e produção de retratos.

Na etapa de formação de repertório visual, apresentamos fotografias de importância histórica e de diferentes gêneros, com o objetivo de dotar os participantes de um repertório fotográfico que influenciasse positivamente sua produção fotográfica e fomentasse reflexão e debate sobre as representações do negro na fotografia (etapa 4). Foram selecionadas imagens vinculadas à cultura afro-brasileira, como as imagens de fotógrafos como Pierre Verger, Walter Firmo, Akira Cravo, Juca Cipó e Milton Guran, entre outros.



Observar e sentir o ritmo das turmas foi o principal aliado para superar os desafios da sala de aula. Depois de ultrapassar as barreiras da metodologia, foi ficando cada vez mais fácil envolver as turmas. Utilizar fotografias que remetessem à cultura afro-brasileira fez com que os temas se unissem, e os debates ficassem mais próximos da realidade deles. As dúvidas e os conceitos que estavam “entranhados” neles foram se diluindo no decorrer das oficinas. Assim, ao montar os slides, percebemos que a produção visual com modelos negros ainda era carente e que seria preciso criar um portfólio para preencher essa falta.

No decorrer dos debates em sala de aula, encaminhamos a definição e o planejamento da atividade de encerramento das oficinas. A proposta era de promover uma produção fotográfica em grupo, visando fazer uma exposição fotográfica no ambiente escolar na Semana da Consciência Negra, data comemorada oficialmente em 20 de novembro. O objetivo era de fazer com que os estudantes fossem estimulados a produzir ensaios fotográficos sobre a presença da cultura negra na comunidade onde vivem, por meio de capacitação sobre a técnica e a estética da fotografia e dos debates sobre o tema do projeto. Os temas e os modos de abordar foram escolhidos coletivamente pelos grupos, e isso possibilitou o protagonismo e a livre expressão dos participantes. O processo foi supervisionado pela equipe de extensão.

Partindo das experiências vividas em sala de aula, realizamos propostas extremamente distintas nas duas escolas. Na Escola Municipal Neco Circe, a preocupação com a questão da identidade e da autoestima dos estudantes se evidenciou no debate sobre as representações do negro na mídia. Durante o debate sobre o tema, os alunos citaram a jornalista Raíza Tavares como exemplo de personalidade negra com visibilidade na mídia local. Ela é repórter da TV Borborema, emissora afiliada ao SBT em Campina Grande. A jornalista aparece, geralmente, em reportagens policiais de programas como ‘A Patrulha da Cidade’ e o telejornal ‘Borborema Notícias’, ambos com forte penetração nos segmentos mais populares. Os alunos destacaram, entre outros aspectos, a questão da estética, principalmente o fato de Raíza Tavares ser um dos poucos exemplos de figuras da televisão que aparecem na tela com os cabelos volumosos e cacheados, um tipo de estética geralmente reprimida entre os alunos no contexto escolar onde estão inseridos. A partir disso, planejamos como atividade de encerramento da disciplina uma dinâmica



fotográfica de produção de retratos com a participação de Raíza Tavares, que aceitou participar da ação. A convidada foi entrevistada pela turma e relatou situações pessoais que viveu e que, em alguns casos, assemelhavam-se às experiências vividas pelos alunos. Um estúdio fotográfico foi montado em uma das salas de aula da Escola Neco Cirne, com fundo fotográfico e flashes. Todas as fotografias foram produzidas pelos alunos, que pediram à repórter que fizesse poses, com o fim de encontrar elementos para valorizar a estética negra. Interessante destacar que foi na presença de Raíza Tavares o primeiro momento em que algumas das alunas participantes deixou os cabelos soltos para frequentar as atividades no ambiente escolar.

Figura 01: Produção de retratos com a jornalista Raíza Tavares



Fonte: Arquivo pessoal

Já na Escola Tiradentes, dois dos alunos participantes também estavam vinculados ao projeto ‘Capoeira na Escola’, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, o que motivou a escolha do registro fotográfico da capoeira como atividade final. As sugestões apresentadas pelos alunos capoeiristas foram aceitas. Isso contribuiu para que outros participantes das oficinas tivessem contato com o universo da capoeira e para que fosse difundida e promoveu o registro fotográfico de uma ação de valorização da cultura afro-brasileira que já está inserida no cotidiano escolar.



Figura 02: Registro fotográfico das aulas de capoeira



Fonte: Arquivo pessoal

As fotos produzidas pelos estudantes das duas escolas participantes foram expostas durante a programação do Dia da Consciência Negra da Secretaria de Educação de Campina Grande, em um evento promovido na manhã de 20 de novembro de 2018, na Praça da Bandeira, ponto de grande movimentação do centro da cidade. As fotos também foram expostas em cada escola, de 20 a 23 de novembro, com o objetivo de atingir toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas desenvolvidas no decorrer de 2018 pelo Projeto Luz Negra podem ser caracterizadas como uma experiência piloto, no sentido de construir uma metodologia de intervenção educacional que possibilite adotar a fotografia como um elemento lúdico para estimular o debate sobre questões étnico-raciais vinculadas ao cotidiano escolar. Constatamos que ainda existem lacunas quanto à preparação da própria equipe em relação a determinados aspectos da cultura afro-brasileira, o que requer mais aprofundamento conceitual e a inserção de novos elementos no planejamento das atividades. As oficinas demonstraram eficácia no sentido de pautar debates vinculados à questão da identidade e da autoestima, principalmente no que se refere à valorização da estética negra. Nesse sentido, a fotografia atua muito mais como um elemento de “autoconhecimento” e de percepção da própria imagem dos alunos de uma faixa etária em que os dilemas sobre a relação entre a aparência e a aceitação social são frequentes. Entretanto, o estudo também indicou que a superação de preconceitos e de estereótipos



demanda um trabalho mais contínuo, que consiga agregar o corpo docente, a família e toda a comunidade escolar, e a oficina é uma estratégia catalisadora desse debate.

Destacamos a elaboração de uma cartilha, que foi distribuída entre os participantes no encerramento das oficinas e que deverá ser aperfeiçoada para as edições seguintes do projeto. O livreto apresenta, resumidamente, os principais temas discutidos no projeto, que atravessaram os eixos da linguagem fotográfica e da cultura afro-brasileira. A cartilha, juntamente com os ajustes necessários para definir uma metodologia de trabalho, tem o objetivo de difundir a experiência pedagógica do uso da fotografia em sala de aula e de contribuir para que o modelo do projeto seja replicado noutros espaços educacionais, na perspectiva de ampliar as discussões sobre as questões étnico-raciais e de efetivar a legislação que determina a inserção da cultura afro-brasileira e da indígena no currículo escolar.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2017

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papius, 1993.

FREITAS, José Vicente. *Educomunicação: contextualizando o processo de atribuição de sentidos e significados no delineamento do conceito*. Revista Brasileira de Educação Ambiental - RevBEA, São Paulo, SP, v.10, N°2, 2015. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/4691>>. Acesso em: 17 set. 2017.

KAPLÚN, Mario. *Comunicacion entre grupos: el método del Cassete-Foro*. Buenos Aires: Humanitas, [s.d.]. 1988.

KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2007.

SANTOS, Ana Carolina Lima. *Realidade e representação: o discurso visual no fotojornalismo*. Mediação. Belo Horizonte, v 9, nº 9, julho-dezembro de 2009. Disponível



em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/298/295>>. Acesso em: 25 set. 2017.

SCHAEFFER, Jean-Marie. *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papirus, 1996.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação*. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15-26, sep. 2014. ISSN 2316-9125. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037/87468>>. Acesso em: 06 out. 2017.